



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010409-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Fábio Luis Zanchin**
 Requerido: **Banco Santander Brasil e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Fabio Luis Zanchin moveu ação de conhecimento contra Banco Santander (Brasil) S/A e Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.. Sustenta que mantinha contrato de seguro de acidentes pessoais, prevendo a cobertura de acidentes pessoais no valor de R\$ 200.000,00. Em 18.03.2011 acidentou-se, sofrendo lesões graves, vindo arcar com despesas relativas a microcirurgia reconstrutiva de R\$ 56.000,00, honorários médicos de R\$ 12.000,00, honorários de anestesista de R\$ 12.000,00, medicamentos e fisioterapia. Provocou a seguradora e foi aberto o sinistro 2011.93.41743. Todas as exigências da seguradora foram atendidas. Todavia, diz que a seguradora indevidamente negou indenização total de R\$ 200.000,00, admitindo a responsabilidade só por R\$ 12.000,00. A cobertura parcial é indevida. Sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pede a condenação da ré ao pagamento do valor total de R\$ 200.000,00 e indenização por danos morais.

Contestação às fls. 464/479, em que as rés alegam ilegitimidade passiva do banco, inépcia da inicial, e, no mérito, que existem dois seguros contratados, um cuja apólice tem o nº 301 e o capital segurado para IPA é de até R\$ 200.000,00, outro cuja apólice tem o nº 3423 e o capital segurado para IPA é de até R\$ 60.000,00. Pela inicial, concluem que o pedido diz respeito à apólice nº 301. Quanto a essa apólice, houve o pagamento, ao autor, de R\$ 40.000,00,

0010409-35.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

correspondentes a 20% do capital segurado, o que está na proporção da incapacidade parcial que veio a sofrer o autor, observada a tabela Susep. Negam, ainda, os danos morais. Pedem a improcedência.

O autor ofereceu réplica (fls. 568/575).

Em audiência preliminar determinou-se a realização de prova pericial (fls. 581).

Laudo veio aos autos (fls. 613/619), manifestando-se as partes (fls. 69/630, 632/633) e sobrevivendo, na sequência, esclarecimentos da perita (fls. 637/638).

Encerrada a instrução (fls. 646), memoriais apresentados (fls. 648/649, 651/652), o julgamento foi convertido em diligência (fls. 653), apresentando o autor documentos novos que subsidiaram complementação da perícia em uma primeira (fls. 677) e uma segunda oportunidade (fls. 689/690). Sobre a última manifestação da perita silenciou o autor (fls. 671).

É o relatório. Decido.

A seguradora, no caso dos autos, está vinculada à instituição financeira, preposto da instituição financeira agiu em nome da seguradora, tudo se deu sem que tenha se expressado, ao consumidor, a distinção entre pessoas jurídicas.

Ora, sabe-se que "a oferta de seguro de vida por companhia seguradora vinculada a instituição financeira, dentro de agência bancária, implica responsabilidade solidária da empresa de seguros e do Banco perante o consumidor" (STJ, REsp 1.300.116/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 13/11/2012).

Afasta-se, por tal motivo, a preliminar de ilegitimidade passiva do banco.

A inicial não é inepta, pois os requisitos formais previstos no CPC restam atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo à parte ré, cujo direito de defesa foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade.

No mérito, o pedido diz respeito à apólice nº 301, fls. 19/20, que cobre, de fato, a invalidez permanente parcial por acidente, que acometeu o autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não se trata, com todas as vênias, de invalidez total, nem se admite o pagamento do valor máximo coberto para o caso de invalidez. Esse valor é o máximo, pois a indenização não é fixa. Em cada caso concreto, é fixada na proporção da invalidez.

Sobre o tema, a perita nomeada pelo juízo, com a consideração do histórico pessoal do autor, exame físico e dos documentos que vieram aos autos, concluiu, fundamentadamente – com esclarecimentos a propósito às fls. 677 e 689/690 - e de modo não satisfatoriamente impugnado pelas partes, que o autor sofreu invalidez permanente apenas parcial, e o percentual a ser aplicado, no caso concreto, considerada a Tabela da Susep, é de 32,5% (fls. 689/690).

Tendo em vista que, como é incontroverso, já houve o pagamento de 20%, deverão as rés ser condenadas ao pagamento da diferença de 12,5%, ou seja, R\$ 25.000,00.

A atualização monetária deve incidir desde "a data da celebração do contrato até o dia do efetivo pagamento do seguro, pois a apólice deve refletir o valor contratado atualizado" (STJ, AgRg no REsp 1328730/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 3ªT, j. 21/06/2016).

Não encontrei nos autos a data exata em que firmada a avença, por isso adotarei a data de início de vigência informada às fls. 468, ou seja, 30.07.2010.

Os juros, tratando-se de responsabilidade contratual, incidem desde a citação.

Sobre o dano moral, pressupõe este a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

Reputo que, no caso dos autos, como houve o pagamento parcial da indenização (e superior, inclusive, à diferença ora reconhecida por sentença), tratando-se apenas de hipótese de inadimplemento parcial, e ainda assim razoavelmente fundamentada – tanto que a própria perita, no seu laudo inicial, afirmou o comprometimento de 20% e não de 32,5% como ao final concluiu - , considerou que não houve desrespeito qualificado a ponto de se justificar um lenitivo de ordem pecuniária.

Somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001), não sendo a hipótese.

Até porque não configura dano moral o simples inadimplemento contratual (REsp 803.950/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 20/05/2010; EDcl no REsp 1243813/PR, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 28/06/2011).

Julgo parcialmente procedente a ação para condenar as rés, solidariamente, ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento de R\$ 25.000,00 ao autor, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde 30/07/2010 e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Tendo em vista a proporção da sucumbência, em que o autor postulava R\$ 200.000,00 mais danos morais e somente receberá R\$ 25.000,00, caber-lhe-ão 90% das custas e despesas processuais, observada a AJG, e às rés 10%.

Pagará o autor, aos advogados das rés, honorários arbitrados em 15% sobre o valor atualizado da causa, observada a AJG.

Pagarão as rés, ao advogado do autor, honorários arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**